



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
Secretaria de Gestão Predial

Belo Horizonte, 06/05/2026

**MANIFESTAÇÃO – CONTRARRAZÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO – PE 08/2026 – GRUPO 4**

**LICITANTE:** LSB CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA – CNPJ 24.094.174/0001-29

Proposta: R\$4.511.047,23

BDI de 30,31%

Desconto de 25,10%

À

Secretaria de Licitações e Contratos / Divisão de Licitações e Contratações Diretas

Senhora Pregoeira,

Segue reposta ao recurso apresentado pela licitante J.C.M.S Rabelo Ltda contra a decisão que aceitou e habilitou a empresa LSB Construções, Conservação e Limpeza Ltda para o Grupo 4 do Pregão Eletrônico nº 08/2026, cujo objeto consiste na contratação de serviços comuns de engenharia em regime de execução misto para manutenção, adequações, adaptações e instalações prediais, nos termos do Edital e seus anexos.

**1- DA INEXEQUIBILIDADE OBJETIVA**

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o patamar de 75% configura presunção relativa de inexequibilidade, e não critério absoluto de desclassificação. Nessas hipóteses, impõe-se à Administração a realização de diligência para verificação concreta da viabilidade da proposta, **o que foi rigorosamente observado no presente caso.**

**2- DA INSUFICIÊNCIA DA "DECLARAÇÃO" COMO MEIO DE PROVA**

A recorrente alega que a licitante teria apresentado mera declaração unilateral, o que não corresponde à realidade dos autos. A comprovação da exequibilidade não se limitou à declaração formal. Foram apresentados, de forma conjunta e complementar:

**2.1- Composições analíticas de custos**, baseadas no SINAPI, contemplando mão de obra e encargos complementares.

**2.2- Memorial descritivo**, com detalhamento da estrutura operacional, logística e critérios de formação de preços, bem como assegurando o integral cumprimento de todas as obrigações legais, trabalhistas e previdenciárias, sob sua responsabilidade.

**2.3- Declaração formal**, com assunção de responsabilidade quanto ao cumprimento integral das obrigações legais e execução contratual.

Conforme registrado na manifestação técnica:

- os custos de mão de obra estão compatíveis com os referenciais oficiais;
- os encargos legais e complementares foram devidamente considerados, sob sua responsabilidade.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**Secretaria de Gestão Predial**

Ademais, por se tratar de contratação sob demanda, não se mostra adequada a exigência de apresentação prévia de notas fiscais de materiais em estoque ou de cotações formais de fornecedores para insumos ainda indeterminados. Tais insumos somente serão definidos ao longo da execução contratual, de forma parcelada e conforme as demandas específicas da Administração.

Trata-se de contrato de manutenção predial e de serviços comuns de engenharia, cuja natureza envolve ampla variabilidade de intervenções ao longo de sua vigência (5 anos), não sendo possível, nesta fase, antever de maneira exaustiva os insumos que serão efetivamente utilizados, tampouco identificar previamente fornecedores para cada eventualidade.

Nesse contexto, a única parcela passível de análise objetiva e imediata refere-se à mão de obra estruturante do serviço de MGCO, a qual, inclusive, foi devidamente objeto de diligência por esta Secretaria, com comprovação satisfatória de sua composição de custos e encargos.

**3- DO DEVER DE DILIGÊNCIA E RISCO À ADMINISTRAÇÃO**

**3.1- Da diligência**

A recorrente sustenta que não houve diligência adequada. **Tal alegação não procede.**

A Administração:

- identificou o potencial risco (desconto relevante);
- instaurou diligência formal com exigência de comprovação detalhada;
- analisou tecnicamente a documentação apresentada;
- proferiu decisão fundamentada com base em critérios objetivos.

Ou seja, houve ampla e adequada instrução do processo, em estrita observância ao art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

**3.2- Do risco à Administração**

A alegação de risco contratual é genérica e não se sustenta diante dos elementos concretos dos autos.

Ao contrário, a análise técnica concluiu que:

- a proposta contempla os custos mínimos necessários;
- a estrutura da empresa é compatível com a execução;
- há compromisso formal com o cumprimento das obrigações legais.

Eventuais riscos inerentes à execução contratual são mitigados pelos instrumentos previstos em contrato e pela fiscalização administrativa, não sendo fundamento suficiente para desclassificação.

**3.3- Da viabilidade econômica e operacional**

A licitante demonstrou que o desconto ofertado decorre de condições reais de sua operação, especialmente:

- utilização de frota própria, reduzindo custos de mobilização;
- otimização de despesas com locação de veículos;



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**Secretaria de Gestão Predial**

- existência de rede previamente cadastrada de hospedagem, reduzindo custos operacionais;
- estrutura logística já estabelecida, permitindo maior eficiência na execução contratual.

Tais fatores foram expressamente reconhecidos na análise técnica como suficientes para sustentar a viabilidade da proposta. Dessa forma, o desconto ofertado não decorre de supressão indevida de custos, mas sim de ganhos de eficiência, admitidos no regime competitivo das licitações públicas.

**4- DA DESNECESSIDADE DE NOVA DILIGÊNCIA**

A realização de nova diligência somente se justificaria diante de dúvida relevante ou insuficiência probatória, o que não se verifica.

Já em sua proposta original, a licitante apresentou as planilhas de composição de BDI solicitadas para serviços e materiais, adotando os referenciais apontados pelo TRT, razão pela qual se mostra desnecessária nova apresentação desses documentos.

A documentação apresentada foi considerada completa e suficiente pela área técnica, não havendo obrigação legal de comprovação exaustiva de cada insumo ou apresentação de:

- notas fiscais de insumos;
- contratos com fornecedores.

**5- CONCLUSÃO**

Diante da documentação apresentada e dos esclarecimentos prestados, verifica-se que:

- a presunção de inexecutabilidade foi devidamente afastada mediante diligência;
- a licitante apresentou documentação técnica suficiente;
- a viabilidade econômico-operacional foi comprovada;
- o recurso não trouxe elementos concretos capazes de infirmar a análise técnica realizada.

**Portanto, sugerimos que se mantenha a decisão que aceitou e habilitou a proposta da empresa LSB Construções, Conservação e Limpeza Ltda.**

Atenciosamente,

Eng.º Dilson José Couto Filho – CREA 65.289/D-MG  
**Secretário de Gestão Predial – Gestor**